

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.847 - SP  
(2019/0014208-4)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE : MIRANTES DE QUITAUNA SPE LTDA**  
**ADVOGADO : RAFAEL BERTACHINI MOREIRA JACINTO - SP235654**  
**ADVOGADA : RENATA MOQUILLAZA DA ROCHA MARTINS - SP291997**  
**EMBARGADO : ANDSON GUSTAVO BEZERRA SILVA**  
**EMBARGADO : DIANNE RECHE TEIXEIRA SILVA**  
**ADVOGADO : VINICIUS PAULINO MACEDO - SP316337**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.

1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.
2. Embargos de declaração no agravo em recurso especial rejeitados.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por MIRANTES DE QUITAUNA SPE LTDA contra decisão unipessoal que não conheceu do agravo em recurso especial que interpusera, pois não teria impugnado todos os fundamentos da decisão que inadmitiu seu recurso especial.

No presente recurso, a parte embargante sustenta a ocorrência de suposta omissão no julgado pois, a seu entendimento, houve impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

É o relatório.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, na decisão impugnada, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na hipótese, não ocorreu nenhum dos vícios mencionados. Efetivamente, nenhuma obscuridade, contradição, omissão ou erro material existe no corpo da decisão que justifique a oposição desse recurso.

A decisão embargada foi clara ao reconhecer que a parte

agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, a par de sustentar a invasão da competência constitucional do STJ, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguintes óbices: ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (arts. 360, I e III, do CC e 927, III, 928, I, 932, V, "c", e 985, I e II, do CPC e ausência de similitude fática.

Na verdade, revela-se nítida a pretensão da embargante de se valer do recurso integrativo para rediscutir matéria já decidida, fazendo com que prevaleça o seu entendimento sobre o tema, intuito esse incompatível com a natureza desse recurso. Como se sabe, os embargos declaratórios não são via adequada para corrigir suposto *error in judicando*, não sendo possível atribuir eficácia infringente ao recurso se ausentes erro material, omissão, obscuridade ou contradição.

Desse modo, dissociado o pleito de qualquer um dos pressupostos de oposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão declinada, impondo-se, então, a sua rejeição.

Forte em tais razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora